



Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Acesso a Medicamentos pede por um novo acordo para eliminar a lacuna de acesso e inovação em saúde

Quer se trate do aumento do preço do medicamento EpiPen ou de novos surtos de doenças, como o Ebola, a Zika e a febre amarela, os crescentes custos das tecnologias de saúde e a falta de novas ferramentas para resolver os problemas de saúde, como a resistência antimicrobiana, é um problema nos países ricos e pobres.

Segundo um Painel de Alto Nível convocado para assessorar o Secretário-Geral da ONU sobre a melhoria do acesso a medicamentos, o mundo deve adotar novas abordagens ousadas para a inovação da tecnologia de saúde e para assegurar o acesso de modo que todas as pessoas possam se beneficiar dos avanços médicos que melhoraram drasticamente as vidas de milhões de pessoas de todo o mundo nos últimos cem anos.

Há décadas, muitos tratados internacionais e constituições nacionais têm consagrado o direito fundamental à saúde e o direito de compartilhar os benefícios dos avanços científicos. Ainda assim, enquanto o mundo assiste ao imenso potencial da ciência e da tecnologia para promover os cuidados de saúde, continuam existindo lacunas e falhas para tratar do pesado fardo das doenças contemporâneas e das doenças emergentes em muitos países e comunidades. O desalinhamento entre o direito à saúde por um lado e os direitos de propriedade intelectual e comércio por outro, fomenta esta tensão.

O Secretário-Geral das Nações Unidas estabeleceu o Painel de Alto Nível para propor soluções para tratar das incoerências entre os direitos humanos internacionais, o comércio, os direitos de propriedade intelectual e os objetivos de saúde pública. As recomendações do relatório foram concluídas no final de um processo de dez meses realizado pelo Painel sob a liderança de Ruth Dreifuss, ex-presidente da Confederação Suíça, e Festus Mogae, ex-presidente da República do Botsuana.

“Incoerências nas políticas surgem quando prioridades e interesses econômicos, sociais e políticos legítimos estão desalinhados ou em conflito com o direito à saúde”, disse a presidente Ruth Dreifuss. “Por um lado, o governo busca os benefícios econômicos do aumento do comércio. Por outro, o imperativo de respeitar as patentes sobre tecnologias de saúde podem, em certos casos, criar obstáculos para os objetivos de saúde pública e o direito à saúde”.

O Painel formulou um conjunto de recomendações concretas para ajudar a melhorar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de saúde e o acesso da população a tratamentos vitais, cujos preços atuais estão fora do alcance de pacientes e governos. O relatório do Painel salienta que o custo das tecnologias de saúde está dificultando a situação nos países ricos e pobres.

“Sem incentivos de mercado, há uma lacuna na inovação no que concerne a doenças que acometem predominantemente as populações negligenciadas, doenças raras e uma crise, particularmente com a resistência antimicrobiana, que representa uma ameaça para a humanidade”, disse Malebona Precious Matsoso, diretora geral do Departamento Nacional de Saúde da África do Sul. “Nosso relatório exorta os governos a negociar acordos globais sobre a coordenação, financiamento e desenvolvimento de tecnologias de saúde para complementar os modelos de inovação existentes, incluindo uma Convenção de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) vinculativa que desassocie os custos de P&D dos preços finais”.

O Painel sugeriu que, inicialmente, os governos deveriam formar um grupo de trabalho para iniciar a negociação de um Código de Princípios para P&D Biomédica e apresentar um relatório anual sobre o progresso realizado na negociação e implementação do Código, em preparação para a negociação na Convenção.

O Painel examinou a forma como a aplicação das flexibilidades identificadas no Acordo da OMC sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) tem facilitado o acesso às tecnologias de saúde e como os membros da OMC podem personalizar as leis nacionais de propriedade intelectual, direito de concorrência, aquisições públicas e as leis e regulamentações que regem medicamentos para cumprir as obrigações da saúde pública.

O novo relatório registrou com profunda preocupação os relatos de governos que estão sendo submetidos a pressões políticas e econômicas indevidas para renunciar à utilização das flexibilidades do TRIPS. O firme parecer do Painel foi que essa pressão prejudica os esforços dos governos para cumprir suas obrigações em termos de direitos humanos e saúde pública e que viola a integridade e a legitimidade da Declaração de Doha.

“Os membros da OMC devem fazer pleno uso das flexibilidades do TRIPS, como reafirmado pela Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública. Isto é essencial para promover o acesso às tecnologias de saúde”, disse Michael Kirby, membro do Painel de Alto Nível e presidente do Grupo Consultivo de Especialistas. “Em particular, os governos e o setor privado devem abster-se de ameaças, táticas ou estratégias, explícitas ou implícitas, que minem o direito dos membros da OMC de usar as flexibilidades do TRIPS. Os membros da OMC devem registrar queixas contra a pressão política e econômica excessiva. Eles precisam tomar medidas firmes e eficazes contra os membros transgressores”.

A transparência foi um tema recorrente em todo o relatório do Painel de Alto Nível. O Painel descreveu repetidamente preocupações relacionadas ao impacto negativo da insuficiência de transparência em termos de inovação e acesso à tecnologia de saúde. O Painel também criticou a falta de transparência no âmbito dos acordos bilaterais de livre comércio e das negociações de investimentos. O Painel considera a transparência um componente fundamental de estruturas de prestação de contas robustas e eficazes, necessárias para manter todas as partes interessadas responsáveis pelo impacto de suas ações sobre a inovação e o acesso.

“É necessário haver uma mudança de paradigma na transparência para garantir que os custos de P&D, produção, marketing e distribuição, bem como os preços finais das tecnologias de saúde sejam claros para os consumidores e os governos”, disse o presidente Festus Mogae. “Os governos devem exigir que os fabricantes e distribuidores de tecnologias de saúde divulguem estes custos e os pormenores de quaisquer financiamentos públicos recebidos durante o desenvolvimento de tecnologias de saúde, incluindo créditos fiscais, subsídios e subvenções”.

O Painel também recomendou que a Assembleia Geral das Nações Unidas convoque uma Sessão Especial, o mais tardar em 2018, para tratar da inovação e acesso à tecnologia de saúde e chegar a um consenso sobre as estratégias a serem empregadas e uma estrutura de prestação de contas que acelerem os esforços para promover a inovação e assegurar o acesso em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Contato de imprensa:

John Butler, GHS, jbutler@globalhealthstrategies.com, +1 917 573 1339

Andrea Vogt, GHS, avogt@globalhealthstrategies.com, +1 561 602 8162